

Sentidos de infância no romance memorialístico *Menino de engenho* e no Brasil da Primeira República: literatura como fonte à história da infância

Childhood senses in the memorialistic romance Menino de engenho and in Brazil from the first republic: literature as a source to childhood history

Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho

Professora assistente da Universidade Federal do Piauí. Atuou como investigadora visitante no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, Portugal. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, na linha de pesquisa História e Educação Comparada, da Universidade Federal do Ceará. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Ceará e graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Teorias e Práticas Pedagógicas (NUTEPP/UFPI). Membro da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE).

Vanessa Pinto Rodrigues Farias

Mestra em Educação pela Universidade Federal do Ceará. Graduada em Letras Português e Espanhol pela Universidade Federal do Ceará.

Resumo: Esta produção tem como objetivo tecer relações possíveis entre a realidade social pensada neste texto literário e o contexto histórico de produção e circulação da escrita, de modo a apreender o ideário de infância, as práticas culturais infantis e os elementos das interações criança-criança e criança-adulto neste contexto. A pesquisa empreendida caracteriza-se como qualitativa, em virtude do interesse de trabalhar com dados subjetivos, que não podem ser quantificados; de caráter exploratório e com utilização do método bibliográfico e a Análise de Discurso como instrumento de análise. A inquietação epistemológica subjaz-se no problema de pesquisa: Quais os sentidos de infância suscitados na obra *Menino de engenho*? Que práticas culturais infantis podem ser percebidas nesta obra literária? Como podem se relacionar as

Abstract: This paper aims to weave possible relations between the social reality thought in this literary text and the historical context of production and circulation of writing, in order to apprehend the childhood ideas, the children's cultural practices and the elements of the child-child and child interactions -adult in this context. The research undertaken is characterized as qualitative, due to the interest in working with subjective data, which cannot be quantified; exploratory and using the bibliographic method and Discourse Analysis as an analysis tool. The epistemological concern is based on the research problem: What are the childhood meanings raised in the work *Menino de engenho*? What children's cultural practices can be perceived in this literary work? How can the appropriations and historical,

apropriações e os desdobramentos históricos, sociológicos e literários entre este romance memorialista e o contexto em que ele está inserido? Este trabalho não pretende esvaziar o texto ficcional, isolá-lo ou tomá-lo como pura realidade histórica. Esta investigação compreende parte de nossas pesquisas de doutoramento no campo História da Infância e, portanto, a análise da obra *Menino de engenho*, em par com o suporte historiográfico, está justaposta às fontes oficiais. Esta pesquisa revela que os sentidos de infância expressos na obra estão direta e indiretamente relacionados ao ideário de infância no contexto de transformação social e mental que carecia a sociedade pós imperial: a criança como principal motor da História.

Palavras-chave: História. Literatura. Infância. Ser criança.

sociological and literary developments between this memorialist novel and the context in which it is inserted relate? This work does not intend to empty the fictional text, isolate it or take it as pure historical reality. This investigation comprises part of our doctoral research in the field of Childhood History and, therefore, the analysis of the work *Menino de engenho*, along with the historiographic support, is juxtaposed to official sources. This research reveals that the childhood meanings expressed in the work are directly and indirectly related to childhood ideas in the context of social and mental transformation that the post-imperial society lacked: the child as the main engine of history.

Keywords: History. Literature. Childhood. To be a child.

Introdução

A distinção entre história e ficção parece bem clara e bem definida se admitirmos que, em todas as suas formas (mítica, literária, metafórica), a ficção “é um discurso que informa o real sem pretender nem representá-lo nem creditar-se a capacidade de tal representação”.

Nesse sentido, o real é igualmente o objeto e a garantia do discurso da história.

(CHARTIER, 2014, p. 65).

A História da Infância como campo de investigação constituiu-se na originalidade de Philippe Ariés quanto ao recurso às fontes iconográficas, às lápides e aos diários de educadores da nobreza francesa. O que, certamente, não apenas trouxe à cena social a infância ignorada, como ampliou o manancial de fontes e possibilidades investigativas.

A tradição da história cultural tem o livro como uma de suas fontes/objetos privilegiados e muitos historiadores têm recorrido à literatura para entrecruzamento com documentos oficiais, ampliando a construção historiográfica com diferentes gêneros literários. No que se refere à História da Infância, há muitos exemplos da utilização da literatura como fonte de pesquisa histórica, aos quais podemos citar alguns que nos serviram de apoio: Benjamin (2018), com suas narrativas radiofônicas direcionadas às crianças em Berlim; o texto memorialístico Infância, de Graciliano Ramos (2020) e o conjunto da obra de José Lins do Rego, dentre elas a que nos detemos com alguns pormenores nesta ocasião, *Menino de engenho*. Ademais, há produções com utilização de diários, literatura infantil – direcionada ao público infantil – e, inclusive, instrumentos orais com a mesma intencionalidade. Nesta investigação, utilizar-se-á exclusivamente a obra literária *Menino de Engenho*, a qual está caracterizada no gênero romance memorialístico.

Menino de Engenho, consagrada obra de estreia de José Lins do Rego, foi publicada em

1932 e escrita em 1929, como teia artística das memórias de infância do autor. O cenário em que a narrativa se faz é o Engenho Santa Rosa (município do Pilar, Paraíba), propriedade do Coronel José Paulino, avô de Carlinhos. Em sua infância no engenho, um mundo repleto de peraltices, carinhos com os criados, descobertas, passeios com seu carneiro Jasmim, primeiras paixões, momentos de solidão e a forte admiração pelo seu avô são alinhavados à descrição do contexto histórico da Primeira República.

Pretende-se, pois, apreender a realidade social pensada neste texto literário, e o contexto histórico de produção e circulação da escrita, de modo a encontrar caminhos possíveis para resgatar o ideário de infância, as práticas culturais infantis e os elementos das interações criança-criança e criança-adulto neste contexto e período histórico.

Metodologicamente, esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, em virtude do interesse de trabalhar com dados subjetivos, que não podem ser quantificados; de caráter exploratório e com utilização do método bibliográfico. Adota-se a Análise de Discurso como instrumento de análise, que nas últimas décadas tem contribuído para as pesquisas em diversas áreas do conhecimento, na recomendação de que os enunciados sejam confrontados discursivamente, pelo papel que exercem na rede social de sentidos (FOUCAULT, 1986).

A inquietação epistemológica subjaz-se no problema de pesquisa: Quais os sentidos de infância suscitados na obra *Menino de Engenho*? Que práticas culturais infantis podem ser percebidas nesta obra literária? Como podem se relacionar as apropriações e os desdobramentos históricos, sociológicos e literários entre este romance memorialista e o contexto em que ele está inserido?

Faz-se necessário ressaltar que este trabalho não pretende esvaziar o texto ficcional, isolá-lo ou tomá-lo como pura realidade histórica. Esta investigação compreende parte de nossas pesquisas de doutoramento no campo História da Infância e, portanto, a análise da obra *Menino de Engenho*, em par com o suporte historiográfico, estará justaposta às fontes oficiais. Igual modo, a iniciativa desta produção veio após a apreciação do texto literário com a consequente fruição estética, sem, contudo, utilizá-lo como documento qualquer a predizer a realidade histórica. Como função secundária, a literatura pode vir a ser fonte de pesquisa histórica, mas, antes de tudo, é arte, beleza e imaginação.

Tessituras teórico-literárias e o “ser criança”

História e memória são formas de entendimento do passado que nem sempre se confundem ou mesmo se complementam. A história não só carrega consigo algumas lacunas e incompreensões frente ao passado, como se comporta, muitas vezes, qual campo de embates, de desavenças e disputas. Por isso ela é, por definição, inconclusa. Já a memória traz invariavelmente para o centro da análise uma dimensão subjetiva ao traduzir o passado na primeira pessoa e a ele devotar uma determinada lembrança: daquele que a produz.
(SCHWARCZ; 2019, p. 19-20).

Nesta seção, abordaremos aspectos centrais do romance memorialista *Menino de engenho*, no que toca às práticas culturais infantis na ficção e na realidade de sua produção, ao “ser criança” e às interlocuções com o momento histórico em que foi escrito e ao qual se refere. É imperioso destacar que a todo momento a análise da obra literária estará em diálogo com a historiografia, de modo a limitar incompreensões e equívocos entre a construção ficcional da memória e os fatos históricos reais. O excerto acima vem a confirmar a clarividência dos limites postos nesse diálogo e a possibilidade, no entanto, de vir a ser proveitoso tanto para compreender o contexto histórico, político e econômico na construção da obra como, no caminho inverso, os impactos da produção literária na construção da realidade histórica desse período.

Esta seção está fragmentada em três pequenas partes, que se desdobram e articulam entre as memórias de infância do autor, as inferências de construção social da infância no Nordeste Brasileiro e a situação econômica, política e social do Brasil no período da Primeira República (1889-1930).

Temporalidades e Espacialidades da obra Menino de engenho

A história tem início com a morte da mãe de Carlinhos, vítima de violência do pai, aos seus quatro anos de idade. Após essa tragédia familiar, o pai é internado num hospital e Carlinhos, órfão de pai e mãe, é levado pelo seu tio Juca aos cuidados de sua tia Maria e seu avô materno José Paulino. Geográfica e historicamente, a narrativa acontece no interior da Paraíba, no município do Pilar, no Engenho Santa Rosa, propriedade de José Paulino. É nessa espacialidade que Carlinhos, personagem principal do romance, passa toda sua infância e início da adolescência.

José Lins do Rego, escritor modernista, nascido na mesma localização espacial da obra, em 03 de junho de 1901, constrói seu romance de estreia no ano de 1929 e a obra é publicada apenas em 1932. Muitas confluências entre a infância do personagem Carlinhos e a memória de infância do narrador são marcas visíveis do romance. Entretanto, tentaremos, nesta ocasião, selecionar os episódios mais marcantes e/ou imprescindíveis quanto ao sentido de infância.

Incursões bibliográficas do autor

Esta ficção absorve algumas nuances do contexto econômico e político do cenário pós-abolição e da situação de miséria para a qual a abolição de nada serviu; além das diretrizes do patriarcalismo e as formas de tratamento e entrelaçamentos entre casa-grande e senzala, com certo lirismo, graça e até beleza. Mas não era de se esperar menos, uma vez que José Lins do Rego participou do Movimento Regionalista do Nordeste, liderado por Gilberto Freyre, e conseguiu concretizar essa perspectiva nacionalista do Modernismo com *Menino de engenho*, que é o primeiro livro da saga “Ciclo da cana-açúcar” do autor.

Antônio Carlos Villaça, no prefácio do livro destaca que, apesar de *Menino de engenho* ser considerado um instrumento de crítica sociopolítica, o autor em si não tinha pretensão política, nem mesmo a de escrever um romance, pois a meta era escrever a biografia de seu avô, a fim de mostrar que o velho representava o típico senhor de engenho da região açucareira do Nordeste. Contudo, durante o processo de escrita, a própria narrativa se impôs, convertendo-se em romance.

Na leitura de um romance, somos conduzidos pela voz do narrador que é literário e, ao mesmo tempo, social, se considerarmos que a própria escolha de quem vai narrar parte do posicionamento do autor em relação à sociedade, e sobretudo, à realidade histórico-social; acerca disso, Lukács (1965) afirma a necessidade de representação da realidade, que, por sua vez, é superada no confronto com a imaginação do escritor e/ou artista.

Tanto o romance memorialístico como a autobiografia articulam os campos História e Memória¹, salvaguardadas as suas particularidades. Os dois gêneros partem de experiências subjetivas de quem escreve, que organiza, seleciona, reformula, interpreta sua história ou situações específicas de formas diferentes ao longo da sua vida. No entanto, isto nos permite inferir que tal romance memorialístico revela o conhecimento da biografia do autor, uma vez que o mesmo utiliza de personagens e narradores fictícios, assim, não saber da biografia do autor é indiferente à compreensão da obra, mas essencial para extrapolar o deleite que a literatura proporciona para a dimensão da crítica histórico-literária.

A autobiografia permeia o campo da memória. A formulação de textos sobre a própria trajetória de vida se faz através do recurso da memória, resultado da lembrança que se transforma em linguagem, adicionada à imaginação e ao olhar particular sobre aquilo que se passou, recriando situações a partir do ponto que se fala, do presente que se escreve e se lembra (PIOVESAN, 2007, p. 3).

A partir disso, é possível dizer que na autobiografia temos um narrador que se reinventa por meio do discurso situado no momento da fala ou da escrita, preenchendo as lacunas da memória com imaginação e, ao mesmo tempo, analisando sua própria atuação no passado como se fosse um narrador observador. Quem lê uma autobiografia sabe que está diante de uma análise que o autor faz de si mesmo, ao contrário do romance memorialístico, que não nos permite dizer que os fatos narrados e seus personagens são verídicos. Logo, a posição que o leitor assume diante dessas duas narrativas é o que mais as distingue, uma vez que uma situa-se no âmbito da ficção, utiliza-se de personagens e situações imaginadas, porém inseridas dentro de um determinado espaço-tempo real; a outra situa-se no âmbito do real, o autor identifica-se como narrador e personagem e o leitor ganha o aval para tomar aquilo como um fato verídico (LEJEUNE, 1996).

1. No verbete de Le Goff (1990), Pierre Nora postula que a autobiografia é um dos vastos lugares funcionais da Memória, que fazem parte do campo historiográfico, seja ela científica ou cronística.

Ser “menino de engenho sinhôzinho” e ser “menino de engenho moleque”

Nas sabatinas, nunca levei um bolo, mas quando acertava, mandavam que desse nos meus competidores. Eu me sentia bem com todo esse regime de miséria. Os meninos não tinham raiva de mim. Muitos deles eram de moradores do engenho. Parece que ainda os vejo, com seus bauzinhos de flandres, voltando a pé para casa, a olharem para mim, de bolsa a tiracolo, na garupa do cavalo branco que me levava e trazia da escola.
(REGO, 2018, p. 55)

No imaginário infantil revelado pelo autor adulto há situações de pertencimento à vida dos criados e, ao mesmo tempo, certo distanciamento e reconhecimento dos privilégios que as crianças da casa-grande tinham em relação às outras. É interessante perceber que José Lins do Rego descreve o personagem Carlinhos como sensível às desigualdades sociais, o que, na perspectiva do contexto e da realidade, alheia à ficção, as crianças pertencentes a determinada classe social tendem a se sentir confortáveis com o grupo ao qual pertencem. Contudo, sabe-se que a lógica infantil e as sensibilidades das crianças são fortemente influenciadas pelos adultos que as educam e o contexto em que vivem.

Conforme assevera Freyre (2009, p. 78):

O grande engenho patriarcal ou a grande fazenda brasileira era uma comunidade que se mantinha por conta própria - econômica e socialmente - poucas vezes, abrindo para o mundo exterior suas enormes cancelas, por necessidade de caráter econômico. Possuía canaviais ou cafezais e plantações de mandioca, feijão-preto e outros produtos, utilizados no consumo interno. A população incluía, além do proprietário e da sua família, feitores ou superintendentes, vaqueiros ou pastores, algumas vezes um capelão e um preceptor, carpinteiros, ferreiros, pedreiros e uma multidão de escravos (FREYRE; 2009, p. 78).

Gilberto Freyre revela uma visão positiva que tinha a respeito deste período, ao considerar que apesar dos elementos antagônicos entre si, senhores de engenho e os negros escravizados tinham uma relação harmoniosa. No senhor feudal estava a centralidade da formação brasileira e ao negro que, literalmente, em muitos casos, coube a função de servir de alicerce para o triunfo da casa-grande (FREYRE, 2009).

De igual modo, nota-se a adesão de José Lins do Rego à tese do sociólogo Gilberto Freyre, que foi um precursor nacional no campo da História da Infância, sobretudo pelo olhar de que a criança era vista como um adulto precoce e ao condicionar a constituição do sujeito “menino” ao modelo patriarcal; assim como ele, tudo ao seu redor, se constituía em função do senhor de engenho que detinha o poder sobre tudo, ainda que o Coronel José Paulino seja descrito como um homem bom e justo. O menino percebia as desigualdades sociais, mas as via como naturais, e até harmônicas. Ali, negros e negras continuavam trabalhando em troca de alimentação e vestuário, “com a mesma alegria da escravidão” (REGO, 2018, p. 109).

Ser “menino de engenho senhorzinho” e “menino de engenho moleque” evidenciava claras diferenças. Carlinhos, no primeiro dia que chegou brincou com os moleques no *copiá*² e no dia seguinte não pôde brincar com eles novamente, porque estavam ocupados, uns pastoreando no curral, outros carregando as latas de leite. Diante disso, ele não se compadece, pelo contrário, recorda o quão delicioso era aquele leite da hora, bem cedinho, combinado com a imagem alta e solene de seu avô.

De tanto brincar no engenho, descalço e sob o sol, imitando os “moleques”, Carlinhos é criticado pela tia Maria:

Você está um negro — disse-me a tia Maria. — Chegou tão alvo, e nem parece gente branca. Isto faz mal. Os meninos da Emília já estão acostumados, você não. De manhã à noite de pés descalços, solto como um bicho. Seu avô ontem me falou nisto. Você é um menino bonzinho, não vá atrás destes moleques para toda parte. As febres andam por aí. O filho do seu Fausto, no Pilar, há mais de um mês que está na cama. Para a semana vou começar a lhe ensinar as letras (REGO, 2018, p. 27).

As crianças que eram filhas dos empregados do engenho faziam parte de um grupo só, intitulado “moleques da bagaceira”. Estes não faziam parte da casa-grande, viviam por toda a parte descalços, eram livres, soltavam pipa, pião, jogavam castanha, só não sabiam ler, o que não era muita coisa, segundo o narrador. Por isso, Carlinhos sentia inveja deles.

A visão de Carlinhos sobre a vida boa e feliz dos moleques será contrastada pela visão d’O “Moleque Ricardo”, publicado em 1935, em outro livro da série do autor, quando vai refletir sobre a discriminação pela qual passava desde a infância, pois ali, ele e os outros moleques eram como o lixo do engenho; tinham que estar brincando, pois não podiam estar na casa-grande, nem com as mães que estavam trabalhando. Espetavam os pés atrás de boi para os senhores, no entanto, tinham que se contentar com um jacá³. Sabia que tinha uma alma igual a de Carlinhos, mas que quando ambos crescessem, um seria patrão e ele um empregado de enxada. Não tinha raiva do menino de engenho, mas sentia vontade de ser como ele, andar de carneiro, e não ter nenhuma obrigação.

Com a morte de sua prima Lili, a quem ele compara a um anjo, pois nem brincar ela brincava, sempre recolhida e calada, a sua tia Maria passou a ter mais cuidados com ele e proibiu as brincadeiras com os moleques e pôs-se a ensinar-lhe o alfabeto durante o dia inteiro, mas a atenção de Carlinhos estava do lado de fora, com o rumor da vida que ele perdera, por isso não aprendera nada. Mas nesses momentos, outra coisa chamava-lhe a atenção: as conversas das costureiras sobre a intimidade de outras famílias para as quais trabalharam em outros engenhos, pelas quais soube da decadência de engenhos de outros coronéis.

2. Comumente conhecido como a entrada das residências no campo; alpendre; dianteira das casas pequenas ou palhoças.

3. Cesto trançado de taquara ou cipó; usado no transporte de cargas, sobretudo preso ao lombo de animais.

Sentidos de infância, patriarcalismo e escravidão

A narrativa é construída a partir de memórias de Carlinhos adulto, que narra com nostalgia a infância no engenho de seu avô, Coronel José Paulino, que era quem mais tinha terras em Santa Rosa, a quem ele muito admirava e considerava um exemplo de patriarca.

A infância no engenho é descrita com nostalgia, contudo, o que mais se destaca nessas lembranças é a tristeza pela perda dos pais, principalmente de sua mãe, que morrera pelo excesso de cólera de seu pai. Anos depois, sabe da notícia da morte do pai, motivo pelo qual o narrador irá dizer que essas perdas os tornaram cético e atormentado de visões ruins.

ERA UM MENINO TRISTE. Gostava de saltar com os meus primos e fazer tudo o que eles faziam. Metia-me com os moleques por toda parte. Mas, no fundo, era um menino triste. Às vezes dava para pensar comigo mesmo, e solitário andava por debaixo das árvores da horta, ouvindo sozinho a cantoria dos pássaros (REGO, 2018, p. 80).

Nesse espaço, os sentidos de infância estarão fortemente relacionados à vida junto ao engenho. Assim como o engenho, que representa a moenda responsável pela transformação da cana em açúcar, a infância no engenho possibilita a transformação do menino da cidade em menino de engenho senhorzinho. A palavra “engenho” que dá nome ao novo lar de Carlinhos remete também à engenhosidade, à capacidade de inventar, ao lúdico, tão comum ao universo da criança.

Um novo mundo se abre ao menino Carlinhos ao transitar por entre a casa-grande e a senzala, ao brincar com os primos e com os moleques, ao inserir-se na realidade dos adultos, no contato com as superstições e crenças populares, com as experiências sexuais precoces com animais, e com negras do engenho, antes dos doze anos de idade, com a doença sexual adquirida. Tudo isso, aliado à perda dos pais, irá construir diferentes sentidos de infâncias vividos pelo protagonista.

O Engenho Santa Rosa é descrito como se fosse um mundo, uma sociedade completa e que vive em harmonia, mesmo com as claras divisões étnico-raciais, de classe e gênero. O menino Carlinhos chega a esse mundo na condição de órfão, quando vai morar com o avô, sobre o qual sua mãe contava tantas histórias parecidas com contos de fadas. No Coronel José Paulino verá um modelo de patriarca.

Percebe-se na narrativa uma infância dividida entre o bem e o mal, na qual ora Carlinhos se revela como um menino terno, quando está com seu avô ou com sua tia Maria. Já quanto a sua tia Sinhazinha, vai alimentar um sentimento de ódio, chegando até a cogitar alguma forma de matá-la. A velha Sinhazinha não gostava de ninguém, era a tia má, escondia as frutas para que não comessem e andava com a chave da dispensa no cós da saia, e tinha uma negrinha só para maltratar.

Certo dia, sem querer, Carlinhos desenrolou o seu pião bem em cima do pé da velha, que, furiosa, enche-lhe o corpo de palmadas terríveis. Era a primeira vez que apanhava de al-

guém, por isso chorou como um desenganado, mais pela vergonha de apanhar do que pela dor, segundo o narrador. Vendo-o chorar, a negra Luísa, diz-lhe algo que vai doer muito mais: “Ela só faz isto porque você não tem mãe” (REGO, 2018, p. 37). Com isso, Carlinhos desaba, pois era verdade.

Carlinhos admirava seu avô por ser um homem bom, justo e leal, nunca o vira com uma arma no quarto, mas queria mesmo que ele fosse um velho severo, assim como outros senhores de engenho, “que protegesse assassinos, tivesse guarda-costas, gente de rifle” (REGO, 2018, p. 86).

Ouvia falar no dr. Quincas do Engenho Novo, num seu Né do Cipó Branco que, com cabras armados, arrombara a cadeia para tirar um protegido das grades. Estes sim, que eram senhores de engenho de verdade. Quando chegavam os parentes do Itambé, o seu Álvaro da Aurora, o Manuel Gomes do Riacho Fundo, com os filhos pequenos de botas e faca no colete, me punha a admirá-los como os meus grandes modelos (REGO, 2018, p. 86).

No entanto, o velho José Paulino era temido muito mais pela sua bondade. Ninguém nem ousava a enfrentar a sua mansa autoridade de chefe. Logo, nota-se que, por um lado, o menino admira a bondade de seu avô, contudo, escolhe como modelos os homens maus, contraventores, cangaceiros, aqueles que resolviam as desavenças com apenas uma bala.

Carlinhos e seus primos gostavam de brincar de bando de cangaceiros, e nessa brincadeira todos queriam brincar de ser o cangaceiro Antônio Silvino, o mais temido, e tido como herói entre eles. Em uma tarde, um informante veio anunciar a visita deste cangaceiro e seu bando. Os meninos ficaram eufóricos, porque estariam diante de um mito.

Ao cair da noite chega o bando de cangaceiros para fazer uma visita de cortesia, jantam dormem e vão embora. As crianças olhavam admiradas todos os adereços que o herói cangaceiro carregava, os observavam em silêncio durante o jantar; só ele falava, seus cabras calados temendo alguma repressão. As histórias que o cangaceiro contava não impressionaram muito, conhecer o mito foi decepcionante para Carlinhos, pois o imaginava arrogante e impetuoso e não com “aquela fala bamba”. Nota-se nesse trecho a aliança entre senhores de terras e cangaceiros. A esse respeito, Mansur (2019) analisa que o autor trabalhou com os dois tipos de representação que se tem do cangaço, na lenda popular do nordeste brasileiro e o cangaço real. No caso da lenda, considera que toda lenda possui certa verdade, e, acidentalmente, segundo ele, em casos isolados, o cangaço fez justiça para alguns oprimidos enfrentando coronéis, contudo, “coronelismo e cangaço andavam em harmonia simbiótica” (MANSUR, 2019, p. 8).

O menino antecipou suas experiências no amor precocemente no cercado do engenho, pois a primeira experiência que teve foi no curral, com animais, na companhia dos “moleques da bagaceira”. Sobre isso, Freyre (2006) aponta que tanto o clima tropical quanto o sistema escravocrata foi responsável pela iniciação precoce de filhos de coronéis no sexo. Segundo ele, nessa prática, as primeiras vítimas eram sempre os moleques, animais domésticos e só depois a negra e a mulata.

O narrador conta que o desejo pelo sexo crescia muito mais rápido que os braços e as

pernas. Depois dos animais, veio a negra Luísa, a quem ele caracteriza como anjo mau de sua infância. Ela o iniciara no sexo, fazendo coisas que ele nem sabia explicar, mas que sujavam a sua castidade de criança, segundo ele. Logo depois, a mulher deixa de procurá-lo e surge preta. Era comum essa cena no engenho; negras grávidas sem que soubessem quem era o pai, mas geralmente, era de um senhor de engenho.

Carlinhos vê-se sujo diante dessa fase da infância, a qual analisa que não aprendeu as letras, mas em porcarias era um menino prodígio. Porém, será aos doze anos que irá deitar com uma “grande mundana dos cabras do eito”, da qual irá adquirir a “doença do mundo”, que pode ser entendida como uma forma de naturalização da doença para os homens. Seu avô orgulhava-se do neto namorado, e Carlinhos sentia-se respeitado entre os homens depois de contrair gálico.

Portanto, os sentidos de infância expressos na obra estão direta e indiretamente relacionados ao ideário de infância no contexto de transformação social e mental que carecia a sociedade pós imperial: a criança como principal motor da História. No contexto da Primeira República, que compreende o tempo retratado na memória de Carlinhos e a escrita da obra, “seguiu-se empurrando a criança para fora da escola, na direção do trabalho na lavoura, alegando que ela era ‘o melhor imigrante’” (DEL PRIORE, 2018, p. 13).

Para Ariès (2019) essas duas novidades aceleraram a supervalorização da criança. No contexto brasileiro do final do século XIX, a alternativa para os filhos dos pobres não seria a educação, mas a sua transformação em cidadãos úteis e produtivos, enquanto os filhos de uma pequena elite eram ensinados por professores particulares; “nesse período, o trabalho infantil continuava sendo visto pelas camadas subalternas como a ‘melhor escola’” (DEL PRIORE, 2018, p. 10).

Nesse contexto, a escola surgirá como alternativa para corrigir a criança que ele se tornou. Contudo no livro seguinte, Doidinho (1933), de José Lins do Rego, a escola se converterá em um pesadelo e Carlinhos se tornará um menino revoltado, chegando até mesmo a fugir do colégio para voltar para o engenho.

Considerações finais

Para além da beleza estética da escrita literária, o que intuímos como de maior relevância ao trabalho historiográfico é a possibilidade de apreensão do contexto histórico e das representações sociais utilizadas pelo autor para descrever práticas sociais, morais e culturais em determinado período. Há de se considerar que, salvos os elementos meramente ficcionais – próprios da fantasia – e os critérios de recepção estética que o leitor deverá, pois, lançar mão, como assevera Chartier (2011), a literatura poderá ampliar a compreensão da realidade social, sendo possível destacar tensões e confrontos da vida social e, no caso particular desta investigação, as práticas infantis, a concepção de infância e as culturas infantis no Nordeste Brasileiro, durante a Primeira República – recorte espaço-temporal de produção desta obra.

Consideramos que a literatura, como fonte de pesquisa histórica e, em diálogo com documentos oficiais, possibilita uma visão mais abrangente de determinado contexto histórico e das representações sociais utilizadas pelo autor para descrever práticas sociais, morais e culturais em determinado período. Nesse sentido e nesta produção, o romance *Menino de engenho*, publicado em 1932, por José Lins de Rego, permitiu refletir sobre a realidade social neste texto literário, e o contexto histórico de produção e circulação da escrita, em busca de caminhos possíveis para resgatar o ideário de infância, as práticas culturais infantis e os elementos das interações criança-criança e criança-adulto na primeira metade do século XX no nordeste brasileiro.

Ao longo deste texto foi possível perceber as “Tessituras teórico-literárias e o ser criança”, a partir da relação entre texto literário e historiografia no tocante ao “ser criança” nesse espaço-tempo, o ideário de infância, as práticas culturais infantis e as condições da escrita, publicação e influências do autor; além disso, ao abordar a relação entre os “Sentidos de Infância, Patriarcalismo e Escravidão”, com esparsas reflexões e incursões sócio-históricas, ressalta-se a importância de discutir o tema Infância, tão recente como preocupação social e mais ainda como inquietação epistemológica, em virtude das profundas carências teóricas pela natureza realmente difícil do objeto (que não é objeto), por se tratar de quase sempre – salvo os trabalhos do campo Sociologia da Infância ou História da Criança, que tomam como ponto de partida a própria criança em relação com as outras crianças, os adultos e a realidade social – são resultados da percepção do adulto sobre a infância, é de fundamental relevância científica e social. Científica, tendo em vista, as dificuldades metodológicas inerentes ao campo e a própria escassez de fonte documental sobre o que há bem pouco tempo não tinha importância, e, social, porque desde que se conheça mais sobre as culturas infantis e a criança como ser de sociabilidades, existirão prerrogativas para maiores intervenções civilizatórias, de redução das desigualdades e verdadeiramente emancipadoras.

Referências

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Trad. de Dora Flaksman. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2019.

BENJAMIN, Walter. **A hora das crianças: narrativas radiofônicas**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2018.

CHARTIER, Roger. **A mão do autor e a mente do editor**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

DEL PRIORE, Mary. **História das Crianças no Brasil**. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2018.

DELVAL, J. **Crescer e Pensar: a construção do conhecimento na escola**. Trad. Neves, B. A. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Vida Social no Brasil nos meados do século XIX**. 4. ed. São Paulo: Global, 2009.

LEJEUNE, Philippe. **Le Pacte Autobiographique**. Paris: Seuil, 1996.

LE GOFF, Jacques. Memória. *In*: Memória e História. Campinas: Unicamp, 1990. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>. Acesso em: 19 set. 2020.

LUKÁCS, Georg. Narrar ou descrever? *In*: **Ensaaios sobre Literatura**. RJ: Civilização Brasileira, 1965.

MANSUR, J. P. Literatura ou Antropologia criminal: o cangaço em Pedra Bonita e Cangaceiros. **Mana**, 25, v. 2. p. 427-455, 2019.

PIOVESAN, Greyce Kely. **Biografia trajetória e história**. Florianópolis: s/ano,p. 1-8 2007. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/abho4sul/pdf/Greyce%20Kely.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2020.

RAMOS, Graciliano. **Infância**. 50.ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

REGO, José Lins do. **Menino de engenho**. 110. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2018.

REGO, José Lins do. **O moleque Ricardo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

REGO, José Lins do. **Doidinho**. 36. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Submetido em: 05/10/2020

Aprovado em: 11/11/2020